

Burlões vigarizavam pequenos industriais

• Os charlatães conseguiram roubar mais de 200 contos em 10 empresas de Maputo

por Rui Dimande (texto) e César Bila (fotos)

N. 12/12/83

Dois indivíduos desempregados que se auto-intitulavam fiscalizadores do Ministério da Indústria e Energia, roubaram mais de 200 contos em mais de 10 empresas, entre marcenarias, serralharias, estofarias e pastelarias, localizadas nos bairros de Inhagóia, 25 de Junho e Bagamoio. A dupla, que operou durante uma semana, foi neutralizada, encontrando-se em poder do Comando de Milícias do Bairro de Inhagóia «A», em Maputo.

Os dois elementos, que foram desmascarados na segunda-feira última, em Inhagóia, exigiam a apresentação de alvarás, caixas de medicamentos e «inspeccionavam» os dispositivos de segurança, como extintores e material de higiene, entre outros. Apontavam então aquilo que achassem como irregular e aplicavam às empresas multas que variavam de 150 a 500 contos.

Como muitos dos empresários visitados não dispunham de dinheiro que atingisse aqueles montantes, os dois indivíduos exigiam o pagamento de, pelo menos, 10 a 75 contos. Caso contrário, ameaçavam fechar os estabelecimentos, retirando as licenças de exploração, ou fixavam prazos para liquidação daquelas quantias, a fim de que pudessem fazer «vista grossa» às «multas».

Os indivíduos em causa são Joaquim Jeremias Cossa e Elias André Macamo. O primeiro, que se intitulava de chefe, possui um conjunto de documentos de identificação, todos falsificados, com fotos suas e com nomes diferentes. Identificava-se por um Cartão de Trabalho da Direcção Nacional de Geologia e Minas e Defesa do Subsolo, passado em nome de António Catinhane, uma Carta de Condução emitida em nome de Pedro Fernando, pelos Serviços de Viacão

de Inhambane, um Livrete de Viatura pertencente à SUBOL. O seu Cartão de Residente foi emitido no Alto Mãe, mas indicava como residente em Magoanine.

Várias pessoas, incluindo Isadados, afirmaram que em outros tempos Joaquim Cossa esteve envolvido num caso de desvio de uma viatura contendo garrafas de uisque, distacado de fiscalizador do GOAM, facto que lhe valera uma pena de prisão em 1981. Conhecido como sendo morador do Bairro de Lauane, onde foi chefe de quartelão, este indivíduo vive actualmente com o seu parceiro no Bairro de Chmanculo. Os dois são conchunhados.

Elias André Macamo, chamado pelo seu «chefe» por Macuácuá, afirma ter trabalhado no Serviço Nacional de Segurança Popular, onde lhe foi passada uma declaração para efeitos de circulação, quando de lá saiu. Este é o único documento pessoal que apresenta.

DENUNCIA

Uma das salas da sede do Círculo do Bairro de Inhagóia estava repleta na terça-feira passada, de indivíduos que diziam ter sido espoliados pela dupla que, exigindo a apresentação

do extintor, caixa de medicamentos, material de higiene e limpeza, conseguiu das suas vítimas mais de 200 000,00 MT.



Carlos Pequeno, o que denunciou os burlões

A denúncia dos dois indivíduos desempregados foi feita por Carlos Pequeno, proprietário de uma marcenaria no Bairro de Inhagóia «A».

Tendo-lhe sido exigida pelos dois vigaristas uma «multa» de 320 contos por não possuir extintor e caixa de medicamentos, Carlos Pequeno passou mais de uma semana tentando contactar o MIE para se informar melhor. Como o contacto com o MIE demorava, os dois indivíduos insistiam cada vez mais e ameaçavam encerrar o seu estabelecimento, até que, visitado à noite, na última segunda-feira, «deixou-se levar», pagando apenas 15 contos e prometendo o resto para o dia seguinte, seguro de que nesse intervalo teria tempo para alertar o MIE da presença dos dois intrusos.

Tendo já conseguido alertar o MIE, este enviou dois funcionários que, em coordenação com as Milícias do Bairro de Inhagóia, «emboscaram» os vigaristas em casa de Carlos Pequeno, para onde se dirigiram para receberem 30 contos que, juntamente com os 15 recebidos no dia anterior, serviram para anular a «multa». Na segunda-feira, Joaquim Jeremias Cossa, desta vez sozinho, dirigiu-se à casa da sua vítima. Foi-lhe servida a refeição, e Carlos Pequeno prometeu-lhe uma mobília, tudo num ambiente cordial. O «fiscal», todo senhor de si, confidenciou à sua vítima que lhe passaria um documento para a «livrar», de uma vez para sempre, da fiscalização. Foi só na altura em que os milicianos chegaram que o charlatão percebeu que as suas façanhas tinham chegado ao fim. Tentou escapar, mas foi imediatamente cercado e detido. Após isto, ele denunciou o seu parceiro.

MURMÚRIOS HAVIA

Baseando-se nas condições já referidas, os dois indivíduos tiveram como sua maior vítima, Ernesto Maparatana Muholovi, proprietário da Pastelaria Muholovi, localizada no Bairro de Bagamoio, a quem usurparam 72 mil meticais para a anulação de uma «multa» de 148 contos. Os vigaristas haviam exigido a esta sua vítima a compra de fardamento para os seus trabalhadores. Acreditando que se tratava de inspetores do MIE, Ernesto Muholovi cumpriu a exigência e requereu um extintor de incêndio aos bombeiros.

— Murmúrios sobre a actuação do duo já circulavam há algum tempo entre os pequenos industriais, mas não nos comunicaram a tempo — afirmou António Munguambe, comandante das Milícias de Inhagóia.

MODO DE VIVER

— Traziam com eles uma pasta grande com o emblema da RPM, carimbos e todos os documentos. Era difícil desconfiar deles — afirmou Domingos Cinquenta, recordando a forma como os seus 10 contos «voaram» para os bolsos dos charlatães.

A nossa Reportagem abordou diversos proprietários de marcenarias e estofarias. Seubemos que um deles chegou a pagar uma «multa» de 60 contos e outros ainda estavam a ser ameaçados pelo duo.

A acção destes vigaristas estendia-se também ao Bairro de Chamanculo, onde vivem. Temos informações de que lá conseguiram 40 contos numa carpintaria.

Os dois indivíduos, que serão entregues à PIC, afirmaram ter gasto muito do dinheiro surripado «na boa vida», sendo que na véspera da sua detenção traziam apenas 22 050,50 dos 202 contos conhecidos que arrecadaram durante as suas «fiscalizações». Isto é o que se sabe. Indivíduos vigarizados continuavam a semana passada a afluir ao Círculo de Inhagóia, dando mais informações sobre os burlões.



Elias André Macamo e Jeremias Joaquim Cossa, acusados de terem cobrado ilegalmente mais de 200 contos em empresas da capital



Ernesto Maparatana Muholovi, o maior lesado